

O ACESSO DO NEGRO À GRADUAÇÃO EM MEDICINA COMO FERRAMENTA ANTIRRACISTA UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Me. Edimilson Pereira Araujo  0000-0001-5083-874X

Secretaria de Educação do Estado do Piauí

Benjamim Barbosa de Azevedo  0009-0001-0697-5824

Francisco das Chagas Martins Costa Filho  0009-0005-0200-1693

Universidade Federal do Piauí

Dr. Eduardo Gomes Machado  0000-0002-9321-6745

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

RESUMO: Este artigo discute como o acesso à graduação em medicina pode ser uma ferramenta antirracista, considerando a estrutura social que dificulta o ingresso e a permanência de negros no ensino superior. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar a dificuldade de acesso da população negra no curso de medicina. Dessa forma, utilizamo-nos de uma metodologia qualitativa bibliográfica e dialogamos com autores que discutem e analisam a temática em questão: (ALMEIDA, 2019), (SANTOS, 2003), (MBEMBE, 2014) dentre outros. Nessa perspectiva, concluímos que, embora existam políticas de cotas raciais, dados demográficos de 2019 mostram que a população negra ainda enfrenta altos índices de analfabetismo, evasão escolar, baixa presença no ensino superior, desemprego e dependência do serviço público de saúde. Em uma universidade do Rio de Janeiro, o perfil majoritário dos estudantes de medicina é branco, com renda anual superior a US\$ 8.640, proveniente de escola particular, com apoio financeiro da família e ambos os pais com ensino superior. Além disso, mesmo após mais de 10 anos da promulgação da Lei de Cotas, a presença de pessoas não brancas no curso ainda não aumentou significativamente. Embora tenham sido desenvolvidas medidas para tentar extinguir o racismo, tais medidas serviram como maquiagem, numa fracassada tentativa de esconder as falhas do sistema educacional, político e socioeconômico em lidar com a estrutura social excludente.

PALAVRAS-CHAVE: Medicina; Racismo; Cota.

THE ACCESS OF BLACK PEOPLE TO GRADUATION IN MEDICINE AS AN ANTIRACIST TOOL: A REVIEW

ABSTRACT: This article discusses how access to graduation in medicine can be an anti-racist tool, considering the social structure that makes it difficult for black people to enter and remain in higher education. Thus, the objective of this work is to analyze the difficulty of access by the black population to the medical course. In this way, we use a qualitative bibliographic methodology and dialogue with authors who discuss and analyze the theme in question: (ALMEIDA, 2019), (SANTOS, 2003), (MBEMBE, 2014) among others. In this perspective, we conclude that although there are racial quota policies, demographic data from 2019 show that the black population still faces high rates of illiteracy, school dropout, low attendance in higher education, unemployment and dependence on the public health service. At a university in Rio de Janeiro, the majority of medical students are white, with an annual income of more than US\$8,640, coming from a private school, with financial support from the family and both parents with higher education. Furthermore, even more than 10 years after the enactment of the Quota Law, the presence of non-white people in the course has not increased significantly. Although measures have been developed to try to extinguish racism, such measures served as makeup, in a failed attempt to hide the failures of the educational, political and socioeconomic system in dealing with the exclusionary social structure.

KEYWORDS: Medicine; Racism; Quotas.



1 APRESENTAÇÃO

Conforme o artigo 5º da constituição de 1988 “Todos são iguais perante a lei, independente de qualquer natureza, raça ou etnia”. Diante dessa premissa, apesar de o Brasil ser um país bastante diversificado quanto a sua composição populacional, a supremacia do etnocentrismo da cultura europeia frente às outras ainda permanece, o que confronta a carta magna nacional. Em virtude desse cenário, permanece um desafio complexo para a valorização da cultura negra dentro da sociedade e também para a inserção das relações Étnico-Raciais nas políticas públicas e serviços de atendimento populacional.

Inicialmente, é válido ressaltar que existe uma dificuldade, dentro da própria sociedade, de reconhecer as especificidades culturais dos povos que compõem a população brasileira. Tal cenário é fruto da visão utópica de “democracia racial” presente na obra Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre, que apresenta uma ideia de uma miscigenação harmoniosa entre as raças e as etnias presentes no Brasil. No entanto, tal harmonia não é vista na realidade, uma vez que ainda permanece um racismo perante o negro, seja por meio das instituições de um modo sistemático ou por meio da discriminação perante o legado da escravidão.

Independentemente da época, o curso de medicina demonstra-se uma área de ingresso e desenvolvimento não só competitivos como desafiadores, seja pelas expectativas financeiras para o mercado de trabalho, seja pelo *status* social atrelado à profissão que ainda permeia a sociedade contemporânea. Nesse sentido, é nítido que o acesso de indivíduos negros à graduação médica se constitui como uma importante ferramenta antirracista, haja vista a correlação da área com alguns conceitos como “ascensão social”.

Em primeira análise, é imprescindível destacar, como afirma Silvio Almeida em “Racismo Estrutural”, que não se pode compreender a sociedade contemporânea sem os conceitos de raça e racismo. Assim, é válido salientar que



“racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade” (ALMEIDA, 2019, p. 15).

A máxima do filósofo brasileiro desperta para a análise de como as estruturas sociais, intrínsecas ao desenvolvimento escravocrata do nosso país, se articulam para dificultar tanto o ingresso quanto a permanência do negro em Instituições de Ensino Superior. Existem várias maneiras pelas quais o racismo estrutural afeta a entrada de negros no curso de medicina, por exemplo, as barreiras financeiras são um problema significativo para muitos desses estudantes. De acordo com (SOUZA, 2021), as famílias negras têm, em média, menos recursos financeiros do que as famílias brancas e isso se tornou visível de maneira escancarada durante as fases mais severas da pandemia de COVID-19 como demonstrado pelo artigo “A Pandemia de Covid-19 e a Desigualdade Racial de Renda”, publicado no Boletim de Análise Político-Institucional do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2023), que documentou quatro fatos, dos quais destaco dois:

- A massa salarial dos negros caiu mais do que a dos brancos entre o primeiro e o segundo trimestres de 2020.
- A eliminação de postos de trabalho afetou muito mais intensamente os negros e explica quase toda a queda mais acentuada da massa salarial para esse grupo.

Nessa perspectiva, os estudantes negros na maioria das vezes têm menos acesso a meios preparatórios para ingressar no ensino superior, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) - atualmente a principal porta de entrada -, livros didáticos e materiais de estudo. Além disso, outra forma pela qual o racismo estrutural influencia a entrada de negros em cursos de medicina é através do acesso desigual à educação de qualidade. A segregação escolar e as disparidades de recursos nas escolas públicas têm um impacto negativo sobre as oportunidades educacionais dos estudantes negros, o que pode limitar suas chances de sucesso acadêmico e, por sua vez, suas chances de serem admitidos em cursos de medicina. Outrossim, a falta de representatividade no meio médico e a falta de um ambiente



acolhedor para estudantes negros nas escolas de medicina podem desencorajar indivíduos dessa população a se candidatarem a esses cursos ou a continuarem neles.

Em segundo ponto, dialogando com os conceitos de Almeida, o geógrafo Milton Santos traz na obra “Por uma outra globalização” a afirmação de que a sociedade contemporânea, internacionalmente, divulga um processo de globalização inclusivo e admirável totalmente benéfico, uma verdadeira fábula, que na verdade é cunhado por um aspecto tirano do capitalismo e da informatização baseando o progresso técnico. A verdadeira face da globalização, para ele, é o aproveitamento exclusivo de apenas alguns grupos como atores globais, que tem como resultado, nas palavras de Santos:

(...) o aprofundamento da competitividade, a produção de novos totalitarismos, a confusão dos espíritos e o empobrecimento crescente das massas, enquanto os Estados se tornam incapazes de regular a vida coletiva (SANTOS, 2003, p. 2).

Destaque no trecho supracitado para dois pontos: 1) o empobrecimento crescente das massas é o principal achado da atuação da estrutura social na manutenção das principais mazelas sociais relacionadas ao racismo: a pobreza e a exclusão social; 2) a incapacidade dos Estados de regular a vida coletiva deve ser vista como negligência, sobretudo quando se trata do racismo no âmbito brasileiro, uma vez que mesmo conhecendo a importância das relações sociais, conseqüentemente raciais, para a constituição da própria sociedade.

Dessa forma, discutiremos aqui como o acesso da população negra à graduação em medicina poderia funcionar como ferramenta antirracista, revisando dados estatísticos e teóricos do funcionamento da maquinaria social e como o racismo está presente enferrujando e corroendo as engrenagens dessa máquina.



2 O ACESSO DO NEGRO À GRADUAÇÃO (EM MEDICINA) COMO FERRAMENTA ANTIRRACISTA

Achille Mbembe, em *Crítica da Razão Negra*, desenha a visão do negro sobre o processo de independência da África como “o devir-negro”, descrevendo esse acontecimento como grandioso e de aspecto fundamental na história do continente, além de destacar o eurocentrismo como uma designação primária componente da essência do núcleo do projeto de governação difundido. A visão do autor é replicada na contemporaneidade com o acesso da população negra ao ensino superior e a resistência da essência eurocêntrica formadora do Brasil como um projeto de governação que tenta, pelas vias do racismo, se manter vivo. Ainda assim, é necessário reconhecer a compreensão do Estado brasileiro sobre a miscigenação responsável pelo desenvolvimento da nação atual e as medidas que esse estado desenvolveu em tentativas de descompensar a estrutura social racista. Uma das medidas de destaque é a política de cotas raciais, que foi instituída pela Lei 12.711/2012, regulando a reserva de no mínimo 50% das vagas por curso e turno para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Tais políticas representam uma forma garantir uma maior representatividade, como já mencionado, de negros nessa área, uma vez que historicamente a população negra tem sido sub-representada em profissões de maior prestígio e remuneração. Desse modo, as políticas afirmativas podem trazer algumas vantagens para os negros interessados em ingressar no curso de medicina. Algumas dessas vantagens são:

- Aumento das chances de aprovação: ao reservar vagas para candidatos negros, as políticas afirmativas reduzem a concorrência direta com outros candidatos, o que aumenta as chances de aprovação.
- Inclusão social: a entrada de mais negros no curso de medicina promove a inclusão social desses grupos e contribui para a diversidade e a representatividade no ambiente acadêmico.



- Combate ao racismo: as políticas afirmativas ajudam a combater o racismo institucionalizado, que muitas vezes impede o acesso de negros a oportunidades iguais de educação e trabalho.

No entanto, apesar dessas vantagens, as políticas afirmativas também podem gerar certas dificuldades para os negros. Algumas delas são:

- Estigma: as políticas afirmativas podem criar um estigma de que os negros não foram selecionados pelo próprio mérito, o que pode gerar um sentimento de inferioridade e afetar a autoestima dos estudantes.

- Preconceito: alguns indivíduos podem ser contrários às políticas afirmativas e expressar preconceito em relação aos estudantes negros, o que pode prejudicar o seu desempenho acadêmico e sua qualidade de vida no ambiente universitário.

- Pressão: os estudantes negros selecionados por meio das políticas afirmativas podem sentir uma maior pressão para ter sucesso e provar que são merecedores da vaga conquistada, o que pode gerar um ambiente de tensão e ansiedade.

Dessa forma, embora as políticas afirmativas possam trazer vantagens significativas para os negros que desejam ingressar no curso de medicina, elas também podem gerar algumas dificuldades que precisam ser levadas em consideração, sendo importante lembrar que as políticas afirmativas não são uma solução definitiva para a desigualdade e a discriminação racial, mas são uma medida importante para promover a inclusão social e combater o racismo.

Nesse âmbito, dados sociodemográficos de 2019, oficializados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que mesmo a população preta ou parda sendo maioria no Brasil (55,8%), essa população está atrelada a frágeis indicadores sociais: alto índice de analfabetismo (9,1%) e evasão escolar de crianças e adolescentes negros (19%); escassa presença negra no ensino superior (32%); baixa expectativa de emprego e renda, pois no mercado de trabalho, juntos, pretos e pardos representam 64,6% dos desempregados; e dependência de acesso ao serviço público de saúde (67%). Esses valores, analisados por um prisma



socioeconômico, revelam espectros importantes de como a coibição do acesso da população negra ao ensino superior é um mecanismo racista avassalador. Tal cenário é agravado com o resultado da análise do perfil socioeconômico e racial de estudantes de medicina em uma universidade pública do Rio de Janeiro:

Constatou-se que o perfil majoritário é branco, com renda anual superior a US\$ 8.640, proveniente de escola particular, com apoio financeiro da família, ambos os pais com ensino superior e sem diferença de gênero. Quanto à inserção de pessoas não brancas no curso, o atual sistema de cotas não aumentou significativamente a presença dessas pessoas (SOUZA, *et al.*, 2020).

Esses dados se correlacionam também com a qualidade de vida e as perspectivas de saúde dos negros dentro das universidades. O curso de medicina, por si só, impõe dificuldades desde o preparo pré-ingresso até o fim da graduação, dificuldades essas como a extensa carga horária, a bagagem teórico-prática exigente, constantes experiências com o processo de adoecimento e morte nos quadros mais graves e irreversíveis e a responsabilização crescente (MENDONÇA, *et al.*, 2019). Tais fatores podem acabar por dominar os discentes pelo cansaço e, no caso do negro, pode haver uma maior tendência a ceder a essa dominação.

Por um olhar prismático, podemos perceber que, garantir a permanência dos discentes, principalmente negros, também é uma demanda válida, visto que, ainda relacionado à pandemia, houve o registro de uma taxa anual de evasão de 32,4% em 2020, segundo o Censo da Educação Superior (CES). As medidas para esse garantia são imprescindíveis para todas as instituições de ensino superior, destacando que nas instituições privadas, por exemplo, 2% a 6% das receitas são despendidos com marketing para atrair novos estudantes, enquanto nada parecido é investido para manter os estudantes já matriculados (SILVA FILHO, *et al.*, 2007).

Por fim, nota-se que mesmo após mais de 10 anos de promulgação da Lei de Cotas e, mais importante ainda, mesmo após quase 135 anos da assinatura da Lei Áurea, a estrutura social continua a resistir buscando meios para impedir o desenvolvimento socioeconômico e manter a população negra à beira da sociedade



marginalizada. Isso, por si só, é nocivo o suficiente para gerar tensões nas relações raciais da sociedade e, conseqüentemente, tensões sociais, perpetuando a problemática da indivisibilidade do conceito de raça e da estrutura social, reduzindo o corpo e o ser vivo à aparência, “outorgando à pele e à cor o estatuto de uma ficção de cariz biológico” (MBEMBE, 2014, p. 11).

Pensar no acesso do negro ao curso de medicina exige pensar em ações afirmativas de caráter equívoco. O processo de equidade acontece em valorizar as diferenças, e isso foi abordado com muita ênfase no filme *Escritores da Liberdade*, quando os alunos foram ouvidos, já que foi dada voz aos estudantes. Porém, em comparação aos dias atuais, não se observa uma atenção voltada às causas e dilemas estudantis, sendo alvo de repressão e confusão ao vandalismo toda manifestação jovem de caráter crítico e pensante. Ainda em *Escritores da Liberdade*, as questões raciais devem ser analisadas de forma agregadora e inclusiva, redirecionando as necessidades de cada população de cor as suas vivências. Dessa forma, tem-se o desejo de todo o movimento negro, de realmente alcançar a liberdade de seu povo, seja pela construção da sua própria identidade, na religião, na cultura, na expressão da sua afrocentricidade, seja pelo direito à vida, quando se observa os números de casos de discriminação, de violência e de morte da população negra no Brasil.

O ambiente escolar ainda se caracteriza por atitudes discriminatórias, racistas e preconceituosas entre os alunos, onde a violência física e verbal em sala de aula acontecem rotineiramente. A partir de um posicionamento inclusivo e respeitoso por professores, alunos e demais membros da comunidade escolar será possível conseguir edificar relações afetivas com os educandos, assim como questionar os estereótipos e preconceitos surgidos em sala de aula. Porém, ao contextualizarmos com a realidade das escolas brasileiras, muitos educadores demonstram não possuir nenhum tipo de preparo ou direcionamento pedagógico, para lidar com a questão das relações étnico-raciais e da diversidade cultural composta pela sociedade brasileira na rotina escolar. Então, o que se observa no



convívio dos alunos diariamente, são ofensas, apelidos desmoralizantes e ofensivos que conduzem a quem recebe as referidas denominações a se sentirem inferiorizados, e em muitas situações, contrapostos com insultos e atos de violência.

3 EXISTE UMA DEMOCRACIA RACIAL PARA INGRESSO NO CURSO DE MEDICINA?

A sociedade brasileira é pautada no racismo estrutural que delimita os alcances sociais de determinados grupos étnico-raciais, dentre eles, principalmente, os negros e indígenas. Não há dúvidas, existem dificuldades de inserção de políticas públicas que regulem o estrato social que coloca os negros e indígenas do Brasil no mais baixo escalão social.

Trata-se de uma realidade que foi construída ainda nos primórdios da colonização europeia no Brasil. Infelizmente, a instituição da escravidão negra, impôs esse grupo como principal vítima da pobreza, da violência e de posições subalternas na sociedade.

Nesse sentido, em virtude dessa privação de direitos, os negros não dispõem de instrumentos adequados de ascensão social, como: educação de qualidade ou saúde e saneamento básico. Sendo assim, há uma negação da cidadania plena.

Diante disso, o papel do Estado diante da questão da adoção de medidas de ação afirmativa para a inclusão social dos negros é fundamental, pois, ainda que existam iniciativas ou medidas semelhantes que não estejam no âmbito estatal, diante da supremacia das suas decisões, sejam estas legislativas, administrativas ou jurídicas, estas não são suficientes para a resolução do descaso das populações que sofrem com essa estruturação da inferiorização das culturas diferentes das dominantes.

Nesse ínterim, a determinação de que “todos são iguais perante a lei” está esculpida na constituição, em seu artigo 5º, colocando a igualdade como um direito e uma garantia fundamental de todos os cidadãos brasileiros. Essa proposição traz



ideia de igualdade não referente ao atributo ou qualidade de ser humano em si, mas uma relação entre seres humanos, visando a igualá-los em oportunidades e direitos. É uma espécie de regra geral que assegura um igual tratamento a todos. A igualdade é também uma garantia, pois no texto da Constituição “a isonomia se consagra como o maior dos princípios garantidores dos direitos individuais”. A proclamação da igualdade de todos perante a lei é uma concepção que guarda uma ideia de igualdade moral, assegurando que todos os indivíduos possuem idêntica dignidade. A igualdade que se reconhece na humanidade é a entre seres humanos, como seres da mesma espécie.

Dessa forma, vê-se a necessidade da instalação de medidas que tragam não apenas igualdade, mas equidade. Ainda assim, tais agravos e dificuldades vivenciadas por estes grupos remontam a necessidade de medidas não apenas por parte do Estado, como também de uma conscientização da sociedade; talvez assim, os níveis de inclusão desta etnia sejam mais amplos, conseguindo assim uma participação e representação maior, tanto social, como política

Parafraseando o geógrafo e escritor Milton Santos,

Ser negro no Brasil é, pois, com frequência, ser objeto de um olhar enviesado. A chamada boa sociedade parece considerar que há um lugar predeterminado, lá em baixo, para os negros e assim tranquilamente se comporta. Logo, tanto é incômodo haver permanecido na base da pirâmide social quanto haver "subido na vida" (SANTOS, 2000, p. 155).

Nesse viés, o racismo representa uma chaga social no território brasileiro. Mesmo após mais de um século da abolição da escravatura, a população negra permanece, na maioria das vezes, à margem dos espaços de prestígio. A relação de exclusão com base na cor da pele está presente nos mais diversos ambientes sociais. Compreender como o racismo opera no tecido social e como é possível superá-lo é, dessa forma, “tocar” em uma ferida que dói no país. Uma ferida que sangra desde o início da história de construção de seu povo, plural por natureza.

O processo de reflexão sobre as relações étnico-raciais em nosso país e a existência (por que não dizer persistência?) do preconceito aqui enraizado demanda



que tomemos como referencial a noção de identidade, aquilo que permite os indivíduos se compreenderem como seres singulares. Vale ressaltar o pensamento de Stuart Hall (1997), para quem a identidade resulta daquilo que é de nossa escolha ou não. O que foge ao controle individual nas relações sociais, portanto, é importante na constituição da identidade, inserindo-se aí o racismo. À vista disso, o conceito de identidade nos remete às nossas heranças histórico-culturais e às nossas formas de pensar o mundo e sobre o mundo.

Nesse panorama, identidade simboliza um constructo que perpassa duas questões: é relacional e contrastante. O que significa que o “eu” se constitui na relação que estabelece com os outros, estabelecendo conjuntamente semelhanças e diferenças. O ser humano utiliza o outro como referência e constrói-se nessa relação onde o outro é um espelho, no qual nos reconhecemos e nos estranhamos, assim nos definimos e entendemos nossas práticas sociais. Acontece que o outro também nos mostra nossas imperfeições, pois cada cultura possui seus próprios sistemas de valores morais e sua própria integridade ética que se constroem pelas relações sociais que moldam em certa medida os indivíduos referendando sua identidade e enquadrando-os em categorias que são impelidos a reproduzir para serem reconhecidos como parte do grupo. Entretanto, as sociedades são múltiplas e compostas de diversos grupos com uma variedade imensa de características que compõem suas identidades. A intersecção desta diversidade acaba sendo a fonte de grande parte dos conflitos sociais na medida em que as diferenças se mostram insolúveis pelas vias do diálogo e do respeito, algo problemático e que deve ser encarado pelas Ciências Humanas como um desafio a ser superado para construção de uma cultura tolerante, respeitosa e autocompreendida.

Este desafio é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade justa, principalmente quando se trata do povo brasileiro, cujo olhar histórico mais aguçado sobre a sua constituição cultural nos remete a três grandes matrizes que compõem o Brasil, fornecendo subsídios para a formação da identidade brasileira. São elas, segundo Darcy Ribeiro (2006), a matriz indígena e as suas muitas etnias,



como os Tupi, articuladas no território de Vera Cruz; a matriz europeia branca encabeçada pelos portugueses e o processo de colonização que desencadearam e a matriz afrodescendente dos povos escravizados pelos portugueses nesse processo. À essa pluralidade de cores, raças e etnias denominamos um só, o Brasil.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nessa seção serão descritos os procedimentos metodológicos que foram utilizados para realização deste trabalho. Trata-se de uma pesquisa qualitativa bibliográfica desenvolvida em razão do objetivo proposto, observando as implicações, os limites e as possibilidades. Mediante as motivações que foram apresentadas acima, essa pesquisa se configura como qualitativa, através da investigação dos aspectos subjetivos focados nas concepções e nas vivências acerca do entendimento das Relações Étnico-Raciais como promotora do desenvolvimento subjetivo e holístico do indivíduo, com um olhar para o ingresso do negro no curso superior de medicina.

Segundo Minayo (2002), este tipo de pesquisa tende a aspectos subjetivos de situações problemas tais como: percepções, sentimentos e emoções que não podem ser analisados pela abordagem quantitativa. Para ela,

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos, e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p. 21-22).

Na sombra dessas ideias, entendemos que devido a serem questões muito subjetivas é importante a atenção ao fato de que, por trabalharem aspectos que envolvem aspirações, crenças e valores, não seria possível mensurar os dados por meio do viés quantitativo. A abordagem qualitativa entende que a realidade é subjetiva e múltipla, que ela é construída de modo diferente por cada pessoa.



Nessa perspectiva fizemos primeiro a seleção dos autores que nos ajudaram nas discussões acerca desse trabalho, em seguida realizamos a leitura dos textos e livros fazendo anotações, escrevendo nosso entendimento da leitura realizada. Conseqüentemente, passamos para a escrita do texto descrevendo os objetivos, esclarecendo o que queríamos com esta escrita. Após uma escrita bruta do texto, fizemos uma releitura ajustando e corrigindo enunciados e as conexões no texto. Por fim, foi feita uma correção gramatical e ajustes de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

5 RESULTADO

A partir dos dados e conceitos apresentados, é possível extrair como são urgentes duas ações: 1) solucionar o estigma criado contra cotas raciais; 2) o acompanhamento integrado, sobretudo, para os discentes com ingresso por cotas étnicas.

De início, embora desenvolver uma solução do estigma contra as cotas possa ser complexo e envolva questões históricas, podemos elencar que possíveis meios são:

- Informar e conscientizar: a disseminação de informações precisas e esclarecedoras sobre o funcionamento e os benefícios das cotas raciais pode ajudar a combater a desinformação e a ignorância que frequentemente alimentam o estigma. Essas informações poderiam ser divulgadas por meio de campanhas de conscientização, palestras, debates e outras atividades educativas.
- Diálogo e envolvimento da comunidade: é importante promover um diálogo aberto e inclusivo com a comunidade acadêmica e a sociedade em geral sobre a importância da diversidade e da inclusão nas instituições de ensino superior. Isso pode ser feito por meio de fóruns de discussão, mesas-redondas e outros espaços de diálogo e participação.



- Monitoramento e avaliação: é fundamental monitorar e avaliar continuamente os resultados e os impactos das cotas raciais, de forma a identificar possíveis problemas e aperfeiçoar as políticas e práticas relacionadas. Essa avaliação deve ser feita com transparência e rigor, envolvendo a participação de diversos atores sociais.

- Investimento em políticas complementares: para que as cotas raciais sejam efetivas na promoção da inclusão e da igualdade de oportunidades, é necessário investir em políticas complementares que garantam a permanência e o sucesso dos estudantes cotistas. Isso inclui políticas de assistência estudantil, ações afirmativas para professores e funcionários, programas de mentoria e apoio acadêmico, entre outras iniciativas.

Em outro plano, também é preciso analisar o acompanhamento dos discentes para avaliar medidas de auxílio e garantia à permanência desses discentes na graduação, o qual poderia ser desenvolvido através de:

- Programas de apoio financeiro: a falta de recursos financeiros é um dos principais fatores que levam à evasão. Ainda que o Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (BRASIL, 2008) possua, por exemplo, o Programa Bolsa Permanência, os estudantes, por vezes, desconhecem sua existência e o processo é moroso. Assim, seria necessário que as instituições informassem sobre a possibilidade de concessão de tais programas de auxílio financeiro e que tornem o processo facilitado mesmo com suas características burocráticas para que eles possam ajudar a diminuir esses problemas e garantir que os estudantes tenham condições de se manter na universidade.

- Mentoria e orientação: a orientação acadêmica e a mentoria podem ser essenciais para que os estudantes negros se sintam apoiados e tenham acesso a informações importantes sobre as possibilidades oferecidas pela universidade.

- Criação de espaços de acolhimento: é importante que os estudantes negros se sintam acolhidos pela universidade e tenham espaços onde possam compartilhar suas experiências e dificuldades. A criação de espaços como grupos



de apoio, centros culturais e eventos voltados para a cultura negra podem ajudar a criar um ambiente mais inclusivo.

- Inclusão de disciplinas sobre diversidade: incluir disciplinas que abordem questões de diversidade e racismo no currículo pode ser uma forma de sensibilizar os estudantes e professores sobre a importância da inclusão e combater o preconceito.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, torna-se evidente que o racismo e o acesso à graduação médica são fatores inversamente proporcionais - ou seja, aumentar o acesso diminui a estrutura racista. Isso faz com que o esforço do Estado brasileiro, sobretudo, deva ser multiplicado e voltado para proporcionar as condições adequadas e equitativas para que se possa quebrar a conjuntura social de reprodução de um racismo naturalizado, impelindo o negro em papéis e ocupações desestigmatizadas e desvinculadas de raça. Além disso, é necessário construir programas específicos para resolução dessa problemática ainda fora da esfera do ensino superior, corrigindo as raízes do problema. Isso seria possível com um acompanhamento escolar distinto e integrativo, abrangendo as questões extraescolares. Portanto, tenhamos em mente que o processo, mesmo que moroso e desafiador, deve ser movido à todo custo, afinal, como afirma Aimé Cesáire (1978) em *O Discurso sobre o Colonialismo*: “Não nos livraremos facilmente dessas cabeças de homens, dessas orelhas cortadas, dessas casas queimadas, dessas invasões góticas, deste sangue fumegante, dessas cidades que se evaporam pelo fio da espada”.

Sendo assim, é necessário o reconhecimento do papel do negro na sociedade brasileira, apresentando uma visão não somente de população marginalizada, mas sim de um povo bastante importante na construção da sociedade.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2020**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022.
- BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília; 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 5 jul. 2021.
- BRASIL. PNAES. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília, 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o Colonialismo**. 1. ed. Lisboa, Portugal: Sá da Costa, 1978.
- ESCRITORES DA LIBERDADE. Direção: Richard LaGravenese. Produção: Danny DeVito, Stacey Sher, Michael Shamberg. Alemanha/Estados Unidos: Paramount Pictures, 2007. 1 DVD. (123 min.).
- FREYRE, G. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 52. ed. São Paulo: Global, 2013.
- HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, p. 15-46, jul./dez. 1997.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**. Rio de Janeiro: IBGE; 2019.
- IPEA. **Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em: 03 abr. 2023.
- SILVA FILHO, R. L. L. *et al.*, A Evasão no Ensino Superior Brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007.
- MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. 1. ed. Lisboa, Portugal: Antígona, 2014.



MENDONÇA, A. M. M. C. *et al.* Perspectiva dos Discentes de Medicina de uma Universidade Pública sobre Saúde e Qualidade de Vida. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 43, n. 1, p. 228-235, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v43suplemento1-20190043>.

MINAYO, M. C. de S. (ORG.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, M. Ser negro no Brasil hoje: Ética enviesada da sociedade branca desvia enfrentamento do problema negro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 de maio de 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0705200007.htm>. Acesso em: 29 mar. 2023.

SOUZA, P. G. A. de *et al.* Socio-Economic and Racial profile of Medical Students from a Public University in Rio de Janeiro, Brazil. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, n. 3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.3-20190111>.

SOUZA, P. H. G. Ferreira de. A Pandemia de Covid-19 e a desigualdade racial de renda. **Bol. Anál. Político-Insttit**, n. 26, p. 37-44, mar. 2021. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.38116/bapi26art4>.

Recebido em: 18-04-2023

Aceito em: 01-06-2023

